

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.588.403 - SP (2019/0283769-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : JSL S/A  
**OUTRO NOME** : JULIO SIMÕES TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA.  
**ADVOGADOS** : FÁBIO IZIQUE CHEBABI - SP184668  
FELIPE DE CASTRO LEITE PINHEIRO - SP300777  
**AGRAVANTE** : NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO - EM  
LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL  
**ADVOGADO** : MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA - PE023748  
**AGRAVADO** : VALDELUCIA BEZERRA LEITE  
**ADVOGADO** : JANICE CRISTINA DE OLIVEIRA - SP118185

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto por NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A. contra decisão que inadmitiu recurso especial por aplicação da Súmula n. 7 do STJ (e-STJ fls. 1.059/1.060).

O Tribunal de origem deu provimento ao apelo da agravada, em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 903):

Apelação. Responsabilidade civil – Acidente de trânsito (ônibus e motocicleta) – Óbito do motociclista – Testemunhas presenciais que relataram como causa do acidente a invasão da contramão de direção pelo condutor do ônibus – Alteração do sítio da colisão que transfere para a ré, proprietário do ônibus, o dever de provar a alegada culpa exclusiva imputada ao motociclista – Versão do condutor do coletivo não provada – Culpa do preposto da ré configurada – Culpa da vítima não provada - Danos materiais – Pensão mensal reconhecida em favor da autora no valor de 2/3 do salário mínimo – Redução do valor para 1/3 do salário mínimo, a partir do hipotético 25º aniversário da vítima – Termo final da pensão fixado na data em que a vítima viesse a completar 70 anos de idade – Danos morais reconhecidos – Perda de ente querido, filho – Indenização arbitrada em 100 salários mínimos – Correção monetária a partir do arbitramento (Súmula 362 do STJ) e juros de mora a partir da data do sinistro (Súmula 54 do STJ) – Possibilidade de ser descontada a quantia indenizada pelo seguro obrigatório DPVAT (Súmula 246/STJ). Ação julgada procedente – Sentença reformada.

Responsabilidade civil - Acidente de trânsito (ônibus e motocicleta) - Lide secundária procedente - Ressarcimento nos limites da apólice contratada. Incidência da Súmula 537 do e. Superior Tribunal de Justiça: “Em ação de reparação de danos, a seguradora denunciada, se aceitar a denúncia ou contestar o pedido do autor, pode ser condenada, direta e solidariamente junto com o segurado, ao pagamento de indenização devida à vítima, nos limites contratados da apólice”. Seguradora que se forra dos encargos de sucumbência, por falta de resistência na lide de regresso, mas procederá ao reembolso do que, a tal título, pagar a denunciante, na lide primária, nos limites da apólice. - Recurso provido.

Os embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 969/984).

No recurso especial (e-STJ fls. 987/995), com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, a recorrente apontou negativa de vigência dos arts. 8º do CPC/2015 e 944 do CC/2002, sob o argumento de que é desproporcional a verba indenizatória fixada pelo Tribunal de origem.

Foram oferecidas contrarrazões (e-STJ fls. 1.048/1.058).

No agravo (e-STJ fls. 1.066/1.072), foram refutados os fundamentos da decisão agravada e alegado o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Foram apresentadas contraminutas (e-STJ fls. 1.091/1.103 e 1.106/1.114).

É o relatório.

Decido.

O prequestionamento demanda deliberação expressa, no acórdão recorrido, sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tido como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

No caso, os arts. 8º do CPC/2015 e 944 do CC/2002 não foram discutidos na origem, carecendo assim de prequestionamento. Aplicam-se as Súmulas n. 282 e 356 do STF.

A propósito:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE ALUGUERES. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DO ART. 535, CPC/73. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. SUPERAÇÃO DA PRESCRIÇÃO TRIENAL. ABUSIVIDADE DA CLÁUSULA CONSTATADA. SÚMULAS 5 E 7/STJ. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. POSSIBILIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA AFASTADO PREQUESTIONAMENTO AUSENTE. SÚMULA 211/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Não há como prosperar a alegação de omissão do acórdão recorrido, quando apresentam-se genéricas e não indicam, com exatidão, como o julgado teria sido omisso, contraditório ou obscuro. Incidência da Súmula 284/STF.

2. A superação do prazo prescricional trienal se deu em razão da presença de cláusula inquinada de abusividade e, portanto, ilegal ao afrontar o art. 17 da Lei de Locação. Reanálise da abusividade. A alteração das premissas fáticas encontra óbice nas Súmulas 5 e 7/STJ.

3. O Tribunal a quo concluiu estar a causa madura para julgamento e, por isso, que a dilação probatória pretendida merecia ser abortada uma vez que a lide comportava julgamento antecipado, nos exatos termos do art. 330, I, do CPC.

4. Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o juízo acerca da necessidade ou não da produção de prova é uma faculdade do magistrado, a quem caberá decidir se há nos autos elementos e provas suficientes para formar sua convicção. O juiz, com base em seu convencimento motivado, pode indeferir a produção de provas que julgar impertinentes, irrelevantes ou protelatórias para o regular andamento do processo, o que não configura, em regra, cerceamento de defesa.

5. Os arts. 128 e 460 do CPC/73 não foram objeto de análise pelo Tribunal de origem. Ausente o necessário prequestionamento. Súmula 211/STJ.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 911.218/BA, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 9/10/2018, DJe 16/10/2018.)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. CITAÇÃO. TEORIA DA APARÊNCIA. APLICABILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. O acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência desta Corte, que, com base na teoria da aparência, considera válida a citação quando a comunicação, encaminhada ao endereço da pessoa jurídica, é recebida por quem se apresenta como representante legal da empresa, sem ressalvas quanto à inexistência de poderes de representação em juízo.

# *Superior Tribunal de Justiça*

2. Rever as conclusões do tribunal local a respeito do endereço do recorrente e do recebimento da citação por preposto demandaria o revolvimento do contexto fático-probatório.

3. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

4. Na hipótese, ausente o prequestionamento dos arts. 247 e 397 do Código de Processo Civil de 1973 e 54 da Lei Complementar nº 35/1979, que não foram objeto de debate no acórdão recorrido, nem mesmo de modo implícito.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.584.460/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/10/2018, DJe 17/10/2018.)

Ainda que superada a ausência de prequestionamento, não há como acolher a tese sustentada no recurso especial – de que o valor fixado a título de danos morais foi desproporcional e ilegal –, pois, para tanto, seria necessário reexame de fatos e provas, o que não se admite na instância especial, a teor da Súmula n. 7 do STJ.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator